

FAMÍLIAS TRABALHADORAS E FAMÍLIAS SEM TRABALHO: EVIDÊNCIAS DE POLARIZAÇÃO PARA O BRASIL

Luiz Guilherme Scorzafave
FEA-RP/USP

Naércio Aquino Menezes-Filho
FEA/USP e IBMEC/SP

1 – Introdução

Nos últimos anos, um grande número de trabalhos vem utilizando os dados da PNAD e da PME como fonte de informação para estudos sobre os mais diversos aspectos relacionados ao mercado de trabalho, como o desemprego, a inatividade, a distribuição de renda, o “não trabalho”, entre outros¹. No que diz respeito ao desemprego, à inatividade e ao “não trabalho”, o cálculo da taxa agregada de incidência destes fenômenos é realizado com base na agregação dos dados individuais para a população ou para o grupo de interesse do estudo. Apesar da profusão de estudos nesta direção,² praticamente nenhum esforço tem sido feito no sentido de tentar associar a evolução destes indicadores com a condição dos indivíduos na unidade domiciliar. Particularmente, o estudo da chamada *polarização do trabalho* não tem sido explorado no Brasil.

Para termos uma noção mais precisa do que trata e da importância desta questão, suponha um mundo bem simples onde haja apenas duas famílias com dois membros cada e que a taxa de “não trabalho” seja de 50%. O efeito desta taxa, em termos de bem estar, depende de como os indivíduos sem trabalho estão distribuídos entre as duas famílias. Se todos os membros de uma das famílias estiverem sem trabalho enquanto que a outra estiver completamente empregada o nível de bem estar será bem diferente de uma situação em que um membro de cada família está sem trabalho.

Mas por que deveríamos nos preocupar com a concentração do “não trabalho” em alguns domicílios? Um dos problemas, como apontam Gregg e Wadsworth (2002), é que domicílios em que ninguém trabalha têm maior probabilidade de serem dependentes de programas governamentais e de estarem em situação de pobreza. Além disso, se nestes domicílios morarem crianças, maior a chance destas se envolverem em trabalho infantil.

Ademais, suponha que um país esteja passando por um processo de redução do desemprego agregado. Se os indivíduos que saem da situação de desemprego residem em domicílios em que já havia outros membros trabalhando, o efeito em termos de bem estar domiciliar da redução do desemprego é menor do que se alguém de um domicílio totalmente desempregado passasse a trabalhar.

Portanto, dada a ausência de qualquer evidência desta questão para o Brasil, o objetivo do artigo é calcular a polarização do trabalho para o caso brasileiro. Ou seja, queremos saber em que medida o trabalho está concentrado em determinados domicílios, trazendo conseqüências importantes, por exemplo, para o delineamento de políticas públicas de combate a pobreza. Deste modo além desta introdução, o artigo possui mais três seções. Na seção seguinte, iremos apresentar a metodologia de cálculo da polarização, com base nos trabalhos de Gregg e Wadsworth (2001, 2002) e Gregg, Scutella e Wadsworth (2004). Na terceira seção, aplicamos a metodologia para o caso brasileiro em dois períodos: 1981 e 2003 e apresentamos algumas características dos domicílios sem trabalho. Por fim, a quarta seção aborda as conclusões do trabalho.

¹ O conceito de “não trabalho” engloba tanto o desemprego quanto a inatividade. A taxa de “não-trabalho” pode ser definida como a proporção de indivíduos inativos e desempregados na população total.

² Ver, por exemplo, Pichetti e Menezes-Filho (2000, 2001), Pichetti e Fernandes (1999) e Chahad e Pichetti (2003).

2 – Metodologia

2.1 – Medindo a Polarização

A metodologia para o cálculo da polarização é originada dos trabalhos de Gregg e Wadsworth (2001, 2002) e Gregg, Scutella e Wadsworth (2004). Esta seção se baseia fundamentalmente nestes trabalhos. Segundo estes autores, devemos construir uma medida que possibilite saber o tamanho da diferença entre a taxa de “não trabalho” medida em termos individuais e a mesma taxa medida em termos domiciliares. Além disso, é importante que tal medida possa ser decomposta de forma que possamos investigar as causas desta discrepância.

Gregg e Wadsworth (2002) propõem a análise deste problema sob a ótica do seguinte contrafactual: qual seria a proporção de domicílios sem trabalho se este fosse aleatoriamente distribuído na população? Sob o contrafactual, todos os indivíduos teriam a mesma probabilidade de não estarem trabalhando, dada pela taxa agregada de “não trabalho” da população, n . Assim, a taxa estimada de “não trabalho” para uma família com i adultos no tempo t é dada por:

$$p_{it} = n_t^i \quad (1)$$

Se ignorarmos o subscrito para o tempo, a taxa prevista de “não trabalho” agregada é a média ponderada destas taxas onde os pesos são dados pelas parcelas de cada tipo de domicílio na população, s_i , definida pelo número de adultos residentes.

$$\hat{w} = \sum_i s_i p_i = \sum_i s_i n^i \quad (2)$$

Definimos polarização do trabalho como a diferença entre a taxa domiciliar de não-trabalho observada (w), ou seja, a proporção de domicílios em que todos membros não possuem trabalho, e a taxa prevista (\hat{w}). Assim, a polarização permite avaliar “em que medida há mais (ou menos) domicílios sem trabalho do que seria previsto por uma distribuição aleatória do trabalho” (Gregg e Wadsworth, 2002, p. 6).

$$Polarização = w - \hat{w} = \sum_i s_i w_i - \sum_i s_i n^i = \sum_i s_i (w_i - n^i) \quad (3)$$

onde w_i é a proporção de domicílios com i adultos com nenhum deles trabalhando. A equação (3) fornece uma medida da diferença (em pontos percentuais) entre as medidas de “não trabalho” calculadas com base no domicílio e no indivíduo. Quanto maior a medida, maior a polarização. Gregg e Wadsworth (2002) também propõem uma medida de polarização relativa:

$$Polarização Relativa = w / \hat{w} \quad (4)$$

Esta medida indica, para valores maiores do que 1, a existência de polarização do “não trabalho” e para valores menores que 1 a existência de menos domicílios sem trabalho do que o previsto de acordo com uma distribuição aleatória do trabalho entre os indivíduos. Por fim, Gregg e Wadsworth (2002) propõem uma medida de polarização que leve em consideração a variação do trabalho ao longo do ciclo econômico. Assim, propõem a construção de uma medida de polarização normalizada.

$$Polarização Normalizada = (w - \hat{w}) / n \quad (5)$$

onde n é a taxa de “não trabalho” agregada. Esta medida é centrada em torno de zero e invariante a escala, o que facilita a comparação ao longo do tempo. Estas três medidas podem ser calculadas para domicílios

com diferentes números de membros para investigarmos que tipos de domicílios experimentaram maior polarização.

É importante salientar que a polarização observada cresce se houver uma redução do trabalho concentrada nos domicílios com um só adulto. Além disso, a polarização prevista cresce mais se houver aumento na proporção de domicílios com um só adulto do que em resposta a aumento na mesma proporção nos domicílios com mais de um adulto. Por fim, “a taxa de não trabalho individual e a proporção de domicílios sem ninguém trabalhando não precisam se alterar à mesma taxa ou na mesma direção ao longo do tempo” (Gregg e Wadsworth, 2001, p. 791). Por exemplo, se a criação de empregos ocorrer em domicílios com mais de um adulto, a taxa de “não trabalho” individual cairá, mas a proporção de domicílios sem ninguém trabalhando não cairá.

2.2 – Decomposição da Polarização

Antes de apresentarmos a decomposição da polarização, vamos discutir a decomposição na taxa de não trabalho prevista (\hat{w}). Segundo Gregg, Scutella e Wadsworth (2004) - daqui em diante GSW (2004) - a evolução nesta taxa pode ser decomposta como:

$$\Delta\hat{w} = \sum_i \Delta s_{it} n^{it} = \sum_i \Delta s_i * [0,5 (n^{it} + n^{it+1})] + \sum_i \Delta n^{it} * [0,5 (s_i^t + s_i^{t+1})] \quad (6)$$

onde o primeiro termo capta o impacto de mudanças na taxa de não trabalho observada ao longo do tempo e o segundo captura o efeito da mudança na composição domiciliar.

Com o objetivo de entender as causas da variação da polarização, Gregg e Wadsworth (2002) propõem a decomposição ao longo do tempo da polarização através da seguinte medida:

$$\begin{aligned} (w^{t+1} - \hat{w}^{t+1}) - (w^t - \hat{w}^t) &= \Delta(w - \hat{w}) = \sum_i \Delta s_i (w_i - n^i) = \\ &= \sum_i \Delta s_i * [0,5 (w_i - n^i)^t + 0,5 (w_i - n^i)^{t+1}] + \sum_i \Delta (w_i - n^i) * [0,5 s_i^t + 0,5 s_i^{t+1}] \end{aligned} \quad (7)$$

onde o primeiro termo fornece a contribuição da alteração nos tipos de domicílios (em termos de número de adultos), mantendo a polarização constante no valor médio dos dois períodos (entre grupos) e o segundo termo mede a mudança ocorrida dentro dos domicílios mantendo-se a composição dos tipos de domicílios constante no valor médio dos dois períodos (dentro dos grupos).

Assim, segundo Gregg e Wadsworth (2001), o primeiro termo indica, por exemplo, se um aumento da polarização ocorre devido a aumento na proporção de domicílios com menores chances de ter todos os membros empregados, enquanto que o segundo termo fornece a contribuição de uma piora das condições gerais de emprego para todos os tipos de domicílios. O segundo termo pode ser decomposto novamente para sabermos se a magnitude deste fator é mais forte em domicílios com 1 adulto ou em domicílios com mais de um adulto.

2.3 – Desagregação por Características

Até agora, estamos utilizando a taxa de “não trabalho” agregada para toda a população, n . No entanto, como apontam Gregg e Wadsworth (2001), podemos usar medidas de “não trabalho” para subgrupos da população definidos de acordo com sexo, idade, região de residência e qualificação. Desta forma, queremos saber se “membros de domicílios sem trabalho possuem características em comum que os torna mais propensos a estarem nesta situação. Por exemplo, se eles são mais velhos, menos qualificados ou vivem em regiões de elevado desemprego” (Gregg e Wadsworth, 2001, p. 792). É claro que quanto maior for o grau de desagregação dos grupos, maior será a convergência entre a taxa prevista e a observada.

Deste modo, este procedimento auxilia a entendermos se a polarização surge devido ao fato de que (i) domicílios com mais de um adulto têm características comuns nas quais o emprego varia significativamente ou (ii) se domicílios com apenas um adulto têm características que estão associadas com baixa probabilidade de emprego. Assim, definimos, seguindo GSW (2004) a taxa média de não trabalho dos subgrupos desagregados de acordo com o vetor K de características observáveis:

$$E(n_i/K) = n_k$$

Definimos, também com base em GSW (2004), a taxa domiciliar de não trabalho prevista de cada domicílio como:

$$E(w_h^K / i, n, K) = \prod_i n_{ki} = w_{ki}$$

Com as duas expressões acima, podemos definir a polarização condicional como:

$$P(w, s_i, n, K) = w - \hat{w}_k = \sum_i s_i w_i - \sum_i s_i n_k^i = \sum_i s_i (w_i - n_k^i) \quad (8)$$

Gregg e Wadsworth (2001, p. 793) apontam que divergências entre (3) e (8) podem ocorrer “porque todos os membros de certos domicílios possuem pouco acesso ao trabalho em comparação a outros domicílios com características similares”.

2.4 - Dados

A amostra utilizada neste estudo foi construída com base na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) para os anos de 1981 e 2003. Foram excluídos da amostra os domicílios cuja idade do chefe era maior que 64 anos, numa tentativa de minimizar o impacto da aposentadoria nos resultados. Para o cálculo das medidas de não trabalho e polarização foram considerados apenas os indivíduos com idade entre 18 e 64 anos. Foram excluídos os domicílios em área rural, já que a possibilidade de produção para consumo próprio é bem maior nestas áreas.

Além disso, a unidade de análise escolhida foi o domicílio ao invés da família, já que é possível que haja uma inter-relação entre famílias diferentes em um mesmo domicílio. Assim, por exemplo, um domicílio com duas famílias, sendo que em uma delas ninguém trabalha, provavelmente deve receber algum auxílio da outra família. Por sua vez, se ninguém de ambas as famílias trabalha, a situação é claramente pior.

3 - Resultados

Antes de discutirmos os resultados das medidas de polarização, vamos apresentar a taxa de não trabalho da população urbana brasileira, a proporção de domicílios em que ninguém trabalha e a fração de domicílios em que todos trabalham, através da Tabela 1.

Tabela 1 – Taxa de Não Trabalho, Proporção de Domicílios em que todos trabalham e Proporção de Domicílios em que ninguém trabalha - 1981-2003 (em %)

| | 1981 | 2003 |
|---|--------------|--------------|
| Domicílios em que todos trabalham | 29,2 | 43,1 |
| Domicílios em que ninguém trabalha | 6,6 | 8,8 |
| Taxa de não trabalho | 38,2 | 34,1 |
| Inativos | 33,9 (88,8%) | 25,8 (75,7%) |
| Desempregados | 4,3 (11,2%) | 8,3 (24,3%) |

Os resultados apontam para um aumento expressivo da proporção de domicílios em que todos os adultos trabalham no Brasil entre 1981 e 2003. Este resultado está ligado à entrada das mulheres no mercado de trabalho, principalmente as cônjuges, conforme apontado por Scorzafave e Menezes-Filho (2001). Apesar deste incremento, o Brasil continua com o menor percentual de domicílios em que todos os adultos trabalham, se comparado a Grã-Bretanha, Estados Unidos, Alemanha e Austrália³. Apenas a Espanha apresenta indicadores mais baixos, com 20,9% em 1984 e 38,9% em 2000. Cabe salientar, entretanto, que em todos os países também houve crescimento neste indicador.

No que diz respeito à proporção de domicílios sem trabalho, os números para o Brasil são menores que os apontados por GSW (2004)⁴. Porém em todos os países, exceto os Estados Unidos, houve crescimento na fração de domicílios sem trabalho, assim como no caso brasileiro. Por fim, no que diz respeito à taxa de não trabalho individual, há redução no Brasil e nos países estudados por GSW (2004). Portanto, de modo geral, o Brasil vem percebendo as mesmas tendências nestes três indicadores que as apontadas em GSW (2004).

Ainda com base na Tabela 1, é interessante notar que dentre os não trabalhadores, os inativos perderam espaço relativamente aos desempregados, pois em 2003, estes últimos eram cerca de 24% dos não trabalhadores, em comparação a 11% em 1981. Ou seja, o desemprego substituiu a inatividade na composição do “não trabalho”. Este fenômeno se deve a dois fatores: o aumento generalizado do desemprego e o aumento da taxa de atividade entre as mulheres, como pode ser visto na Tabela 2.

Tabela 2 – Taxa de Desemprego e de Atividade – Homens e Mulheres – 1981/2003 (em %)

| | 1981 | 2003 |
|-----------------------------------|-------------|-------------|
| Taxa de Desemprego - Total | 6.4 | 11.2 |
| Homens | 5.4 | 8.7 |
| Mulheres | 8.6 | 14.5 |
| Taxa de Atividade – Total | 66.1 | 74.2 |
| Homens | 91.0 | 88.2 |
| Mulheres | 41.2 | 61.3 |

Segundo GSW (2004), quanto maior o número de adultos presentes no domicílio, menor seria a probabilidade de que nenhum deles estivesse trabalhando. Assim, verificar a evolução da estrutura domiciliar e da proporção de domicílios sem trabalho de acordo com o número de adultos no domicílio, análise feita na Tabela 3, será de fundamental importância quando decomposmos a mudança da taxa de não trabalho domiciliar entre 1981 e 2003.

³ Ver Gregg, Scutella e Wadsworth (2004).

⁴ Em todos os casos, a taxa de não trabalho variava de 11,6% a 15,1% em 1984 e de 10,7% a 16,9% em 2000. Para maiores detalhes, ver GSW (2004).

Tabela 3 - Domicílios por número de adultos, Fração de domicílios em que todos os adultos trabalham e em que nenhum adulto trabalha - 1981/2003 (em %)

| Adultos | Proporção | Ninguém trabalha | Todos trabalham |
|----------------|------------------|-------------------------|------------------------|
| 1981 | | | |
| 1 | 10,1 | 25,2 | 74,8 |
| 2 | 57,6 | 5,4 | 29,1 |
| 3 | 16,5 | 4,3 | 19,9 |
| 4 ou mais | 15,7 | 1,5 | 9,8 |
| 2003 | | | |
| 1 | 15,4 | 24,4 | 75,6 |
| 2 | 55,2 | 7,0 | 45,8 |
| 3 | 17,0 | 5,0 | 25,3 |
| 4 ou mais | 12,5 | 2,5 | 15,0 |

Realmente, quanto maior o número de adultos no domicílio, menor é a chance de nenhum deles trabalhar. Além disso, a maior parte dos domicílios possui dois adultos, apesar do crescimento verificado naqueles com apenas um adulto. Esta tendência também se verifica na Austrália, Alemanha, Grã Bretanha e Espanha (GSW, 2004). Outro ponto que chama a atenção é a estabilidade na fração de domicílios com 3 adultos.

No que diz respeito aos domicílios sem trabalho, houve um ligeiro crescimento entre os domicílios com 2 ou mais adultos. Entretanto, em todos os grupos, as taxas brasileiras são menores, em ambos os anos, que as verificadas nos países supracitados, exceto os Estados Unidos, que apresentou em 2000 taxas um pouco inferiores às brasileiras.

Por fim, destacamos o forte incremento na proporção de domicílios em que os 2 adultos presentes trabalhavam e aumentos menores para domicílios com 3 ou mais adultos. Deste modo, parece que outros membros da família, em geral, e as mulheres casadas em particular, tem contribuído cada vez mais na geração da renda domiciliar através do seu forte ingresso no mercado de trabalho.

A seguir, apresentamos as diferentes medidas de polarização para o caso brasileiro, calculadas com base nas equações (3), (4) e (5).

Tabela 4 – Medidas de Polarização - 1981-2003

| | 1981 | 2003 |
|--|-------------|-------------|
| Taxa domiciliar de não-trabalho observada (w) | 6,60 | 8,75 |
| Taxa domiciliar de não-trabalho prevista (\hat{w}) | 13,42 | 12,48 |
| Polarização (w - \hat{w}) | -6,82 | -3,73 |
| Polarização Normalizada (w - \hat{w})/n | -0,18 | -0,11 |
| Polarização Relativa (w / \hat{w}) | 0,49 | 0,70 |
| Taxa de não trabalho individual (n) | 38,18 | 34,13 |

O primeiro fato que chama a atenção na Tabela 4 é que a polarização é negativa em ambos os períodos no Brasil, embora tenha havido um aumento expressivo em 2003, mesmo quando se analisa a medida normalizada. A interpretação deste resultado é que no Brasil, há *menos* domicílios sem trabalho do que seria esperado caso o trabalho fosse distribuído uniformemente entre os indivíduos. No que diz respeito à evolução da polarização, o Brasil caminhou na mesma direção dos países estudados por GSW (2004), apresentando crescimento da polarização. A situação brasileira se assemelha mais a da Espanha, que apesar do crescimento, ainda em 2000 era o único país estudado por GSW (2004) com polarização negativa.

Como GSW (2004, p. 12) apontam, com base nos resultados dos países por eles estudados (e que também é verdade para o caso do Brasil), a redução da taxa de não trabalho “deveria ter levado a um menor número de domicílios sem trabalho, enquanto as alterações na estrutura domiciliar em direção a domicílios com apenas um adulto deveriam ter gerado mais domicílios sem trabalho, tudo o mais constante”. Assim, é de fundamental importância identificar a responsabilidade de cada um destes fatores na evolução da polarização do emprego. Com este intuito, a Tabela 5 e a Figura 1 apresentam o resultado das decomposições, realizadas com base nas equações (6) e (7).

Tabela 5 – Decomposição da Polarização e da Taxa de Não Trabalho - 1981-2003

| | |
|--|-------|
| Mudança na taxa de não trabalho domiciliar prevista | -0,94 |
| Impacto devido à mudança da composição domiciliar | 1,55 |
| Impacto devido à mudança na taxa de não trabalho | -2,49 |
| Mudança na polarização | 3,10 |
| Decomposição entre tipos de domicílios | -0,45 |
| Decomposição dentro dos tipos de domicílios | 3,54 |

A primeira linha da Tabela 5 apresenta a alteração da taxa de não trabalho domiciliar prevista entre 1981 e 2003. A redução da taxa de não trabalho individual entre 1981 e 2003 contribuiu para reduzir a fração de domicílios sem trabalho em 2,5 pontos percentuais, enquanto a alteração da estrutura domiciliar contribuiu para o aumento de 1,5 ponto percentual na proporção de domicílios sem trabalho. Como o primeiro efeito é de maior magnitude, a taxa prevista de não trabalho domiciliar foi menor em 2003 do que em 1981. Vale dizer que este resultado é semelhante ao obtido por GSW (2004): efeito trabalho negativo e efeito composição positivo. Entretanto, dependendo do país, o efeito líquido na taxa de não trabalho prevista é diferente: positivo para a Grã Bretanha, Alemanha e Espanha entre 1982 e 2000 e negativo para Austrália e Estados Unidos, similar ao resultado para o Brasil.

Na decomposição da variação da polarização, o componente dentro de cada tipo de domicílio é muito mais importante para explicar o crescimento da polarização do que a alteração da estrutura domiciliar em direção a domicílios com maior chance de não possuir nenhum membro trabalhando. Assim, a piora nas condições de trabalho, independente do tipo de família explica todo o aumento da polarização. Por outro lado, a alteração na composição domiciliar contribuiu para reduzir a polarização, embora esta seja de pequena magnitude.

A Figura 1 mostra que mais de 80% de todo o aumento da polarização ocorreu em domicílios com 2 adultos, resultado em linha com os encontrados por GSW (2004) para Espanha (80%), Estados Unidos (90%), Alemanha (106%) e Austrália (64%), a exceção ficando por conta da Grã Bretanha (30%), onde a maior contribuição veio dos domicílios com 1 adulto.

Figura 1 – Esquema da decomposição da polarização e da taxa de não trabalho domiciliar

| | Taxa de não trabalho domiciliar | Taxa prevista (\hat{w}) | Polarização |
|-----------------|---------------------------------|--|---|
| 1981 | 6,60 | 13,42 | -6,82 |
| 2003 | 8,75 | 12,48 | -3,73 |
| Variação | 2,15 | -0,94 | 3,10 |
| | | Efeito emprego: -2,49 Efeito composição: 1,55 | Entre domicílios: -0,45 (-14,5%) Dentro dos domicílios: 3,54 (114,5%) |
| | | | 1 adulto: 0,41 (13,2%) 2 adultos: 2,55 (82,4%) 3 adultos: 0,38 (12,2%) 4+ adultos: 0,21 (6,7%) |

A análise feita até aqui considerava uma medida de taxa de não emprego individual que era a mesma, independente das características dos adultos do domicílio. Obviamente, as pessoas têm diferentes probabilidades de não estar trabalhando, dadas suas características observáveis. Assim, a Tabela 6 apresenta os valores da taxa de não trabalho domiciliar condicional, obtidos com o cálculo da taxa de não trabalho para k grupos diferentes. Seguindo Gregg e Wadsworth (2002), dividimos arbitrariamente os indivíduos de acordo com os seguintes atributos⁵:

- 3 grupos etários: 18 a 32 anos; 33 a 45 anos; 46 a 64 anos;
- 4 grupos educacionais: 0 a 3; 4 a 7; 8 a 10; 11 ou mais anos de estudo;
- 5 regiões: Sul; Sudeste; Nordeste; Norte; Centro-Oeste;
- sexo.

Tabela 6 – Taxas de não trabalho condicionais - 1981-2003

| | 1981 | 2003 | Variação |
|--|-------|-------|----------|
| Taxa domiciliar de não-trabalho observada (w) | 6,60 | 8,75 | 2,15 |
| Taxa domiciliar de não-trabalho prevista não condicional (\hat{w}) | 13,42 | 12,48 | -0,94 |
| Taxa domiciliar de não-trabalho prevista condicional (\hat{w}_k) | | | |
| Sexo | 11,04 | 12,27 | 1,23 |
| Região | 14,02 | 12,95 | -1,07 |
| Idade | 13,73 | 12,51 | -1,22 |
| Educação | 14,28 | 13,19 | -1,09 |
| Sexo, Região, Idade e Educação combinados | 10,58 | 11,91 | 1,33 |

Quando levamos em consideração a variação do não trabalho por sexo, notamos que há uma redução da taxa domiciliar prevista em 1981, comparada com a não condicional. Entretanto, isto já não se verifica em 2003. Uma explicação para este fato é que em 1981, menos mulheres trabalhavam enquanto o emprego masculino já era elevado. Assim, havia grande diferença nas taxas estimadas de não trabalho dos dois grupos (n_k), levando a uma queda no valor previsto da taxa de não trabalho domiciliar. Na medida em que houve um aumento do trabalho feminino, as diferenças de emprego entre homens e mulheres

⁵ Na verdade, a escolha dos atributos seguiu Gregg e Wadsworth (2002). Já a divisão dos atributos idade e educação foi feita de forma a garantir a representatividade das células. A única célula com menos de 100 observações possuía 84 indivíduos.

diminuíram, fazendo com que as taxas de não trabalho individual entre os sexos diferissem pouco em relação à taxa não condicional. Como GSW (2004, p. 15) argumentam,

“converging employment patterns by gender changes the predicted distribution of work, generating more households where both individuals work and others where no-one works. This strongly suggests a declining gender specific division of labour, at least as far as participation in the workforce, hours may still differ substantially”.

Vale notar que resultado semelhante a este é obtido por GSW (2004) para diversos países e por Dawkins, Gregg e Scutella (2002) para a Austrália. A consideração dos demais fatores faz com que as taxas condicionais pouco difiram da não condicional. Aliás, a taxa de não trabalho domiciliar prevista seria ainda maior se considerássemos a variação da taxa de não trabalho por região, educação e idade separadamente. O caso da educação é o mais marcante deste fato, já que levando em conta as diferenças neste atributo, a taxa prevista de não trabalho domiciliar subiria para 14,28% em 1981 e 13,19% em 2003.

Por fim, permitindo a variação de todas as características simultaneamente, obtemos uma aproximação maior em relação às taxas de não trabalho observadas em 1981 e 2003, embora a diferença em relação à taxa não condicional não seja tão grande. De forma geral, porém, a maior parte da polarização permanece inexplicada, mesmo levando em consideração a análise condicional em todas as características.

Como vimos anteriormente, a maior variação da polarização se deu dentro dos tipos de domicílios e não devido à alteração do tamanho relativo dos mesmos. Assim, iremos agora analisar mais detalhadamente as medidas de taxa de não trabalho condicional e não condicional separando os domicílios de acordo com o número de adultos. Segundo GSW (2004, p. 15) isto permite identificarmos “em quais tipos de domicílios há uma redução da polarização quando esta é realizada condicional nas características dos indivíduos e em que tipo de domicílios a polarização permanece inexplicada”. Assim, repetimos o exercício da Tabela 6 para domicílios com 1, 2, 3 e 4 ou mais adultos separadamente.

Tabela 7 – Taxas de não trabalho condicionais para domicílios com 1 adulto - 1981-2003

| | 1981 | 2003 | Varição |
|--|-------------|-------------|----------------|
| Taxa domiciliar de não-trabalho observada (w) | 25,2 | 24,4 | -0,8 |
| Taxa domiciliar de não-trabalho prevista não condicional (\hat{w}) | 38,2 | 34,1 | -4,0 |
| Taxa domiciliar de não-trabalho prevista condicional (\hat{w}_k) | | | |
| Sexo | 42,3 | 36,9 | -5,4 |
| Região | 38,3 | 34,0 | -4,2 |
| Idade | 38,6 | 33,4 | -5,2 |
| Educação | 38,6 | 34,5 | -4,2 |
| Sexo, Região, Idade e Educação combinados | 43,3 | 36,3 | -6,9 |

Quando nos concentramos apenas nos domicílios com 1 adulto, novamente a polarização - condicional ou não - é negativa, havendo tendência de redução entre 1981 e 2003. Ao analisarmos as taxas de não trabalho condicionais, apenas a variação por sexo e de todas as variáveis combinadas mostram diferença (na verdade, são maiores) em relação à taxa não condicional.

Já quando consideramos apenas os domicílios com 2 adultos, a variação por sexo reduz expressivamente a taxa domiciliar de não trabalho prevista em 1981, e menos em 2003, relativamente à taxa não condicional. Assim, é neste tipo de família que se repete o padrão por sexo verificado para a

análise agregada. Ou seja, com o tempo, o padrão de trabalho dos cônjuges se assemelhou, fazendo com que a desagregação por sexo diferisse menos da taxa de não trabalho não condicional.

Tabela 8 – Taxas de não trabalho condicionais para domicílios com 2 adultos - 1981-2003

| | 1981 | 2003 | Variação |
|--|------|------|----------|
| Taxa domiciliar de não-trabalho observada (w) | 5,4 | 7,0 | 1,6 |
| Taxa domiciliar de não-trabalho prevista não condicional (\hat{w}) | 14,6 | 11,7 | -2,9 |
| Taxa domiciliar de não-trabalho prevista condicional (\hat{w}_k) | | | |
| Sexo | 9,9 | 10,4 | 0,5 |
| Região | 15,0 | 12,2 | -2,9 |
| Idade | 14,3 | 11,4 | -2,9 |
| Educação | 15,3 | 12,4 | -2,9 |
| Sexo, Região, Idade e Educação combinados | 8,9 | 9,8 | 0,9 |

Na análise com 3 adultos em 1981, as taxas previstas condicionais para sexo e todas as variáveis conjuntamente são bem menores que as não condicionais. Já em 2003, apenas estas duas decomposições mostram polarização positiva. Assim, região, idade e educação se tornaram mais importantes para explicar a polarização em 2003 do que em 1981.

Tabela 9 – Taxas de não trabalho condicionais para domicílios com 3 adultos - 1981-2003

| | 1981 | 2003 | Variação |
|--|------|------|----------|
| Taxa domiciliar de não-trabalho observada (w) | 4,3 | 5,0 | 0,7 |
| Taxa domiciliar de não-trabalho prevista não condicional (\hat{w}) | 5,6 | 4,0 | -1,6 |
| Taxa domiciliar de não-trabalho prevista condicional (\hat{w}_k) | | | |
| Sexo | 5,0 | 4,2 | -0,8 |
| Região | 7,1 | 4,9 | -2,2 |
| Idade | 7,3 | 5,1 | -2,2 |
| Educação | 7,4 | 5,1 | -2,3 |
| Sexo, Região, Idade e Educação combinados | 5,0 | 4,4 | -0,6 |

Com 4 adultos, há muito pouca variação, sendo que não temos garantia de que as variações não ocorrem são estatisticamente significativas.

Tabela 10 – Taxas de não trabalho condicionais para domicílios com 4 ou + adultos - 1981-2003

| | 1981 | 2003 | Variação |
|--|------|------|----------|
| Taxa domiciliar de não-trabalho observada (w) | 1,5 | 2,5 | 1,0 |
| Taxa domiciliar de não-trabalho prevista não condicional (\hat{w}) | 1,5 | 1,0 | -0,4 |
| Taxa domiciliar de não-trabalho prevista condicional (\hat{w}_k) | | | |
| Sexo | 1,3 | 1,1 | -0,2 |
| Região | 2,0 | 1,4 | -0,6 |
| Idade | 2,2 | 1,6 | -0,6 |
| Educação | 2,0 | 1,3 | -0,7 |
| Sexo, Região, Idade e Educação combinados | 1,4 | 1,3 | -0,1 |

Uma questão bastante importante para avaliarmos as conseqüências da polarização é o fato de haver ou não crianças presentes nos domicílios em que ninguém trabalha. Obviamente, a probabilidade de uma criança ter seu desenvolvimento prejudicado, ou ainda de ter que trabalhar é maior se ela vive em um domicílio em que nenhum adulto trabalha. Deste modo, apresentamos na Tabela 11 as medidas de fração

de domicílios sem trabalho e de polarização desagregadas por número de adultos e pela presença ou não de crianças nos domicílios.

Com relação à proporção de cada tipo de arranjo domiciliar, a Tabela 11 mostra que apesar de representar a maior proporção de famílias, as com 2 adultos e crianças apresentaram redução em 2003. Por outro lado, houve aumento na proporção de domicílios com 1 adulto, com e sem crianças e de 2 adultos sem crianças. Por fim, houve redução na fração de domicílios com 3 e 4 adultos com crianças. Estas tendências refletem a redução da taxa de natalidade no Brasil bem como o aumento do número de separações, elevando o número de crianças morando apenas com o pai, a mãe ou outro parente. Já o crescimento na parcela de domicílios com mais de 2 adultos e sem crianças está ligado ao fato de que as pessoas estão casando cada vez mais tarde no Brasil.

Tabela 11 – Taxa de não trabalho domiciliar e polarização por número de adultos e presença de criança

| | 1 adulto | | 2 adultos | | 3 adultos | | 4+ adultos | |
|--|----------|-------|-----------|-------|-----------|------|------------|------|
| | Não | Sim | Não | Sim | Não | Sim | Não | Sim |
| Criança | | | | | | | | |
| Fração dos Domicílios | | | | | | | | |
| 1981 | 6,3 | 3,9 | 11,3 | 46,3 | 5,2 | 11,3 | 5,2 | 10,5 |
| 2003 | 9,4 | 6,0 | 15,9 | 39,3 | 8,2 | 8,8 | 6,6 | 5,9 |
| Taxa de não trabalho domiciliar | | | | | | | | |
| 1981 | 22,5 | 29,7 | 10,6 | 4,1 | 6,3 | 3,4 | 2,0 | 1,2 |
| 2003 | 22,2 | 27,8 | 10,7 | 5,5 | 5,4 | 4,6 | 2,7 | 2,3 |
| Polarização não condicional | | | | | | | | |
| 1981 | -15,7 | -8,5 | -4,0 | -10,5 | 0,8 | -2,2 | 0,5 | -0,2 |
| 2003 | -11,9 | -6,3 | -0,9 | -6,2 | 1,4 | 0,6 | 1,6 | 1,3 |
| Polarização condicional | | | | | | | | |
| 1981 | -13,0 | -26,2 | -1,9 | -3,9 | 0,5 | -1,3 | 0,6 | -0,1 |
| 2003 | -9,1 | -16,4 | -0,7 | -3,7 | 1,0 | 0,1 | 1,6 | 0,8 |

Já a análise da proporção de domicílios sem trabalho revela diferenças expressivas de acordo com a presença de crianças, além da maior incidência do não trabalho quanto menor o número de adultos do domicílio. Assim, entre os domicílios com 1 adulto, a taxa de não trabalho naqueles com crianças é maior que nos sem crianças. Assim, crianças que moram com apenas 1 adulto têm maior probabilidade de pertencerem a um domicílio sem trabalho adulto e, portanto, estariam mais susceptíveis ao trabalho infantil. Entretanto, analisando os domicílios com 2 adultos, este resultado se inverte, havendo *menos* domicílios com crianças presentes e sem trabalho do que entre os sem crianças, resultado também verificado por GSW (2004), exceto para a Austrália.

Cabe salientar que a proporção de domicílios sem trabalho entre aqueles com 1 adulto é bem menor no Brasil do que nos países estudados por GSW (2004). A exceção fica por conta dos EUA, que nas famílias com 1 adulto e sem crianças, tinha taxas de não trabalho próximas às encontradas para o Brasil. Em 2000, nos com 1 adulto e crianças, a proporção de domicílios sem trabalho era de 22,7%, menor ainda que a taxa brasileira de 27,8%. Segundo GSW (2004), a forte redução desta proporção nos EUA ocorreu após o fim do AFDC em 1996. Além disso, vale notar que no Brasil, assim como nos países estudados por GSW (2004) as maiores taxas de não trabalho ocorrem nos domicílios com 1 adulto e crianças presentes, exceto a Espanha em 2000.

Analisando a evolução entre 1981 e 2003, houve aumentos na proporção de domicílios sem trabalho entre aqueles com 2, 3 e 4 ou mais adultos com crianças presentes, o que sempre representa uma preocupação apesar do aumento não ter sido tão grande.

No que diz respeito às medidas de polarização houve crescimento na medida não condicional em todas as categorias. Porém, a categoria com menor polarização era a dos domicílios com 1 adulto sem crianças presentes, com polarização fortemente negativa, resultado significativamente diferente do encontrado por GSW (2004) em que a polarização neste tipo de domicílio era bem *maior* que nos demais no caso da Grã Bretanha e da Austrália.

No que diz respeito à polarização condicional, a proporção de domicílios sem trabalho com 1 adulto e crianças era muito menor em 1981 (29,7%) do que seria de se esperar se o não trabalho fosse distribuído uniformemente, mesmo permitindo a variação por educação, sexo, região e idade (55,9%). Entretanto, há expressivo aumento da polarização neste grupo em 2003 (-16,4%), não deixando, entretanto de ser a mais baixa entre todos os grupos. É importante perceber, contudo, que este aumento se deu pela diminuição na probabilidade condicional de não trabalho dentro destes domicílios, que caiu para 44,3% em 2003. Portanto, a necessidade de encontrar alguma ocupação – provavelmente no setor informal - para sustentar o domicílio e as crianças explicaria a polarização muito negativa que encontramos.

3.1 - Características dos domicílios sem trabalho

A partir de agora, passamos a analisar algumas características dos domicílios sem trabalho, comparando-os com os demais domicílios. Isto é importante, pois permite avaliarmos em que medida os domicílios sem trabalho realmente seriam mais dependentes de políticas governamentais por estarem em situação de precariedade. A análise irá se concentrar em cinco aspectos: trabalho infantil, origem da renda domiciliar, condição de residência, valor do domicílio e participação em programas sociais.

3.1.1 – Trabalho infantil

Inicialmente, vamos analisar a incidência de trabalho infantil nos domicílios. Aqui, cabe a observação que estamos definindo trabalho infantil como aquele entre crianças de 10 a 14 anos. Para o ano de 2003, devido à disponibilidade de dados, apresentamos adicionalmente o resultado separado para crianças de 5 a 9 anos de idade. Os resultados estão na Tabela 12.

Tabela 12 – Incidência de trabalho infantil entre os domicílios com crianças - 1981-2003

| | Domicílios sem trabalho | | Domicílios com trabalho | |
|--|-------------------------|------------|-------------------------|------------|
| | 1981 | 2003 | 1981 | 2003 |
| Domicílios com crianças de 10 a 14 anos trabalhando | | | | |
| 1 criança | 12,2 | 3,1 | 10,7 | 6,0 |
| 2 crianças | 1,7 | 0,1 | 1,9 | 0,6 |
| 3 ou mais crianças | 0,1 | 0,0 | 0,2 | 0,1 |
| Total | 14,0 | 3,2 | 12,8 | 6,7 |
| Domicílios com crianças de 5 a 9 anos trabalhando | | | | |
| 1 ou mais crianças | – | 0,7 | – | 0,6 |

A princípio, esperaríamos uma maior incidência de trabalho infantil nos domicílios em que nenhum adulto trabalhava. Entretanto, isto se verifica apenas em 1981 e, mesmo assim, a diferença entre os tipos de domicílio é pequena. Por outro lado, em 2003, os domicílios sem trabalho tinham metade da incidência de trabalho infantil com relação aos demais. No período considerado, houve uma forte redução do trabalho infantil. Entre as causas que poderiam ser apontadas para isto estão os programas de

transferência de renda do governo (Bolsa Escola e Programa de Erradicação do Trabalho Infantil - PETI). Entretanto, não há consenso na literatura sobre a importância destes programas para este resultado⁶.

Por outro lado, a menor redução do trabalho infantil entre os domicílios com trabalho pode estar ligada ao fato de que nestes seria mais fácil para a criança continuar trabalhando, muitas vezes auxiliando os pais em suas atividades. Já para domicílios com crianças entre 5 e 9 anos, a incidência do trabalho infantil é baixa e praticamente não difere entre os tipos de domicílios.

3.1.2 – Origem da renda domiciliar

Qual seria a fonte de renda para a manutenção dos domicílios sem trabalho? Para tentar responder a esta questão, apresentamos a Tabela 13, que traz a proporção de domicílios em que pelo menos um dos membros recebe alguma renda, exceto do trabalho. O primeiro aspecto interessante é que mesmo após termos excluído da amostra os domicílios cuja idade do chefe era maior do que 64 anos, mais de 40% dos domicílios sem trabalho possuía alguma renda de aposentadoria em 1981. Entretanto, há uma forte queda no ano de 2003, enquanto para os domicílios sem trabalho a proporção se manteve estável em 10%.

Tabela 13 – Proporção de Domicílios por Tipo de Renda Recebida - 1981-2003

| | Domicílios sem trabalho | | Domicílios com Trabalho | |
|----------------------|-------------------------|------|-------------------------|------|
| | 1981 | 2003 | 1981 | 2003 |
| Aposentadoria | 43,4 | 32,3 | 10,5 | 10,1 |
| Pensão | 23,0 | 29,0 | 5,7 | 9,8 |
| Aluguel | 12,1 | 5,0 | 8,1 | 3,7 |
| Outra | 20,4 | 27,9 | 10,1 | 13,4 |

Por sua vez, houve aumento na fração de domicílios que recebem pensão, refletindo, provavelmente, o aumento dos casos de separação e de concessão de pensão alimentícia neste período. Porém, a proporção de domicílios sem trabalho que recebiam pensão em 2003 era três vezes maior que nos com trabalho, denotando uma maior dependência desta fonte de renda. Com relação à renda de aluguel, uma parcela maior dos domicílios sem trabalho a recebia, embora tenha havido queda entre 1981 e 2003. Por fim, mais de 27% dos domicílios sem trabalho auferiam outro tipo de renda em 2003, parcela bem superior à dos domicílios com trabalho. Portanto, como era de se esperar, os domicílios sem trabalho têm grande dependência destas fontes alternativas de renda.

3.1.3 – Condição de residência

A condição de residência nos domicílios, mais especificamente, se o domicílio era próprio ou alugado, também foi analisada. A princípio, esperaríamos uma maior parcela dos domicílios sem trabalho dependendo do aluguel. No entanto, não é isto o que se verifica, conforme a Tabela 14. Cabe ressaltar que este resultado é contrário ao obtido por Gregg e Wadsworth (2001) para o Reino Unido. Uma possível justificativa para este resultado inesperado é que os indivíduos sem trabalho e pobres não teriam condições de pagar aluguel, o que os levaria a adquirir uma residência própria, mas barata. Note que o fato de poucos domicílios sem trabalho estarem pagando pela residência é um indício adicional nesta direção.

⁶ Cardoso e Portela (2004) argumentam que o Bolsa Escola não contribuiu para reduzir o trabalho infantil. Ferro e Kassouf (2003) encontram resultados no sentido contrário.

Tabela 14 – Condição de residência - 1981-2003

| | Domicílios sem trabalho | | Domicílios com Trabalho | |
|------------------------|--------------------------------|-------------|--------------------------------|-------------|
| | 1981 | 2003 | 1981 | 2003 |
| Próprio-Pago | 57,2 | 67,5 | 49,1 | 64,4 |
| Próprio-Pagando | 4,9 | 3,9 | 9,2 | 6,4 |
| Alugado | 26,0 | 15,6 | 32,3 | 19,7 |
| Outra | 11,9 | 13,1 | 9,4 | 9,6 |

3.1.4 – Valor do domicílios

A Tabela 15 apresenta a proporção de domicílios por faixa de valor dos mesmos para domicílios com e sem trabalho. Para este indicador, só temos os dados referentes a 2003. Os resultados ratificam a análise da Tabela 13 de que domicílios sem trabalho são mais pobres que os demais, assumindo-se que o valor do domicílio é uma *proxy* importante para a riqueza. Por exemplo, 24,9% dos domicílios sem trabalho valiam até R\$10.000 em 2003, enquanto para os com trabalho, esta proporção era de 19,2%. Por outro lado, 11,2% dos domicílios sem trabalho tinham valor maior que R\$50.000. Já para os com trabalho, cerca de 14,7% valiam mais de R\$50.000.

Tabela 15 – Valor do domicílio –2003 (em R\$)

| | Domicílios sem trabalho | Domicílios com Trabalho |
|--------------------------|--------------------------------|--------------------------------|
| Até 2 mil | 5,4 | 2,7 |
| 2 a 5 mil | 9,6 | 6,8 |
| 5 a 10 mil | 9,9 | 9,7 |
| 10 a 15 mil | 7,4 | 7,8 |
| 15 a 25 mil | 9,0 | 10,1 |
| 25 a 35 mil | 6,0 | 8,0 |
| 35 a 50 mil | 6,4 | 8,2 |
| 50 a 100 mil | 7,2 | 9,4 |
| Maior que 100 mil | 4,0 | 5,3 |
| Não sabe | 34,9 | 32,0 |

3.1.6 – Participação em Programas Sociais

Um outro último aspecto investigado pelo trabalho foi a participação em programas sociais para a educação voltados aos moradores de 5 a 17 anos de idade. Assim, dentre os domicílios que tinham indivíduos nesta idade, a participação nos programas em 2003 foi maior nos domicílios sem trabalho (23,8%) do que naqueles com algum adulto trabalhando (17,2%). Portanto, este indicador também demonstra uma maior fragilidade em termos de bem estar dos domicílios sem trabalho.

4. Considerações Finais

O presente trabalho procurou analisar a questão da polarização do trabalho no Brasil. A análise mostrou que no Brasil a polarização do trabalho é menor do que em países como a Grã Bretanha, Alemanha, Austrália e Estados Unidos. Ou seja, há menos domicílios sem trabalho no Brasil do que seria de se esperar caso o trabalho fosse distribuído aleatoriamente na população. Entre os fatores que podem explicar este resultado, destacamos a ausência de uma rede eficaz de proteção social que permita aos

domicílios empreender um processo de busca mais selecionada de trabalho. Deste modo, o salário de reserva dos indivíduos é extremamente baixo, implicando na busca de qualquer atividade remunerada que possa auxiliar minimamente no sustento do domicílio.

Além disso, concluímos que a alteração na composição domiciliar (em termos de número de adultos) contribuiu para redução da polarização, mesmo com o crescimento verificado da parcela de domicílios com apenas um adulto. Por outro lado, cerca de 80% do aumento da polarização ocorreu dentro de domicílios com 2 adultos. Assim, o aumento da proporção de domicílios em que os dois adultos presentes não trabalhavam é uma evidência importante a ser melhor investigada em trabalhos futuros para descobrirmos o que causou esta situação.

Um resultado importante é que em cerca de 30% dos domicílios que possuem um adulto e crianças, o adulto está sem trabalho. Uma possível causa deste resultado seria o baixo acesso a creches por parte de mães solteiras, o que dificultaria a entrada destas no mercado de trabalho. Entretanto, uma continuidade deste trabalho é necessária para avaliarmos em que medida é realmente isto que está ocorrendo.

Por fim, a comparação de alguns indicadores dos domicílios com e sem trabalho mostrou que, de modo geral, os domicílios sem trabalho se encontram em situação mais precária, estando mais sujeitos a ação de políticas governamentais, seja pela maior incidência de trabalho infantil (pelo menos em 1981), pelo menor valor monetário do domicílio ou pela maior parcela dos mesmos que já recebe algum recurso dos programas sociais do governo voltados à educação.

Neste trabalho, tratamos desempregados e inativos da mesma maneira. Uma extensão natural seria procurar estudar a polarização do desemprego e da inatividade, em que consideraríamos estes fenômenos separadamente. Com isso, podemos ter uma idéia mais clara se o fato de não haver nenhum adulto trabalhando no domicílio deriva de inatividade decorrente, por exemplo, de uma dependência da renda de algum membro (por exemplo, aposentadoria, pensões, etc.) ou se os indivíduos estão em situação de desemprego sem ter qualquer outra fonte de renda alternativa.

Referências Bibliográficas

CARDOSO, E.; SOUZA, A. The impact of cash transfers on child labor and school attendance in Brazil. **Vanderbilt University Working Paper 07-04**, 2004.

CHAHAD, J.; PICCHETTI, P. A evolução da taxa de desemprego estrutural no Brasil: uma análise entre regiões e características dos trabalhadores. Anais do XXXI Encontro Nacional de Economia - ANPEC, 2003.

DAWKINS, P.; GREGG, P.; SCUTELLA, R. Employment polarization in Australia. **CMPO Working Paper Series**, n. 02/50, 2002.

FERRO, A.; KASSOUF, A. Avaliação do Impacto dos Programas de Bolsa Escola na Incidência de Trabalho Infantil no Brasil. Anais do XXXI Encontro Nacional de Economia - ANPEC, 2003.

GREGG, P.; SCUTELLA, R.; WADSWORTH, J. Reconciling workless measures at the individual and household level: theory and evidence from the United States, Britain, Spain, Germany and Australia. **Centre for Economic Performance Working Paper**, n. 635, 2004.

GREGG, P.; WADSWORTH, J. Why we should (also) measure worklessness at the household level. Theory and Evidence from Britain, Spain, Germany and the United States. **Centre for Economic Performance Working Paper**, n. 1168, 2002.

GREGG, P.; WADSWORTH, J. Everything you ever wanted to know about measuring worklessness and polarization at the household level but were afraid to ask. **Oxford Bulletin of Economics and Statistics**, v.63, special issue, p. 777-806, 2001.

PICCHETTI, P.; MENEZES-FILHO, N. A. Desemprego. In: LISBOA, M. B.; MENEZES-FILHO, N. A. (orgs.) *Microeconomia e Sociedade no Brasil*. Fundação Getúlio Vargas, 2001.

PICCHETTI, P.; MENEZES-FILHO, N. A. Os determinantes da duração do desemprego em São Paulo. *Pesquisa e Planejamento Econômico*, v.30, n.1, 2000.

PICCHETTI, P.; FERNANDES, R. Uma Análise da Estrutura do Desemprego e da Inatividade no Brasil Metropolitano. *Pesquisa e Planejamento Econômico*, v.29, n.1, 1999.

RAMOS, L. O funcionamento do mercado de trabalho metropolitano brasileiro no período 1991-2001: Texto de Discussão. IPEA, Rio de Janeiro, nov. 2000.

SCORZAFAVE, L.; MENEZES-FILHO, N. Participação feminina no mercado de trabalho brasileiro: evolução e determinantes. *Pesquisa e Planejamento Econômico*, v.31, n.3, p. 441-477, 2001.